

Conselho aprova a comissão para votar leis ordinárias

BRASÍLIA — O Conselho Político do Governo aprovou ontem, em reunião, a tese de criação de uma comissão legislativa que seria instalada durante o período de funcionamento da Constituinte, para cuidar especificamente da legislação ordinária. A proposta foi feita pelo Presidente da República em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, quando a emenda de convocação da Constituinte foi enviada ao Congresso.

Ao presidir a reunião do Conselho Político, Ulysses Guimarães reforçou sua tese, recebendo apoio de todos os líderes da Aliança Democrática. O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, informou que o Conselho concluiu que a Comissão deve ser integrada por 15 por cento dos membros da Câmara e do Senado, o que significaria uma média de 70 Parlamentares. Segundo o Deputado, Ulysses Guimarães defendeu o funcionamento da Comissão no plenário do Senado por ser o espaço mais adequado para o número de integrantes.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que na reunião foi levantada também a hipótese de substituir o artigo 3º da emenda de convocação da Constituinte — que trata do quorum — por um outro texto, com o objetivo de formalizar a criação da Comissão Legislativa. A idéia foi discutida em função da falta de convergência do Conselho Político em relação ao quorum da Constituinte para a votação e discussão da nova Constituição. Segundo Pimenta da Veiga, a tendência dos líderes da Aliança Democrática foi no sentido de deixar a questão do quorum para a Constituinte, que resolveria os assuntos através do seu Regimento Interno.

Desde que a emenda foi enviada ao congresso, fixando para a votação das matérias um quorum de maioria absoluta dos membros da Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães discordou da proposta. Para agilizar os trabalhos da Constituinte, ele considera importante que seja estabelecido um quorum de maioria absoluta nas votações do primeiro turno e de maioria simples no segundo turno.

Pimenta da Veiga não vê inconveniência na aprovação da emenda em sua forma original, pois acha que a questão do quorum pode ser perfeitamente resolvida pelo Regimento da Constituinte.

O Conselho Político do Governo, em reunião coordenada ontem pelo Presidente em exercício Ulysses Guimarães, decidiu que não admitirá a instituição do candidato avulso e a adoção do voto majoritário na eleição da Constituinte e tudo fará para aprovar o projeto da lei do Senador Murilo Badaró alterando a distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Ulysses reuniu o Conselho depois do encontro com a Executiva e os candidatos a Prefeito do PMDB. Estiveram presentes o Ministro do Gabinete Civil, José Hugo, o líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, os líderes do PFL na Câmara e Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, e os líderes do PMDB nas duas Casas, Deputado Pimenta da Veiga e Senador Gastão Müller, este substituindo o Senador Humberto Lucena, em convalescença de uma cirurgia.

Segundo relato de Fernando Henrique, PMDB e PFL concordaram, em que se deve agilizar a aprovação da emenda do Presidente José Sarney convocando a

Constituinte para evitar alterações polémicas que retardem a tramitação da matéria.

O Senador Carlos Chiarelli destacou a principal decisão do Conselho:

— O Governo e as Lideranças chegaram a um consenso sobre o candidato avulso à Constituinte. Ahamos que ele não deve ser institucionalizado porque a Constituinte pode ser deformada por ação do poder econômico ou de outras forças corporativistas.

A tese do candidato avulso é defendida pelo Governador Franco Montoro, pelo Deputado João Gilberto e pela OAB, a qual sugere que qualquer cidadão, munido de mil assinaturas de apoio, possa ser candidato apartidário.

— Se é possível conseguir mil assinaturas para ser candidato por que não formar um partido, que exige 180 assinaturas para a fundação? — indaga Chiarelli.

O outro consenso a que chegou o Conselho foi sobre o tempo da propaganda eleitoral gratuita. Atualmente a partir de 60 dias antes da eleição, os partidos dispõem de uma hora diária de propaganda no rádio e na televisão. Desse tempo, 30 minutos são distribuídos entre os candidatos registrados e os outros 30 minutos proporcionalmente ao número de representantes de cada partido na Câmara de Vereadores do município. Pelo projeto do Senador Murilo Badaró (PDS-MG), os 30 minutos da segunda etapa serão distribuídos proporcionalmente à representação dos partidos no Congresso, particularmente na Câmara dos Deputados. O projeto já foi aprovado no Senado e em breve será votado na Câmara.

Pimenta: Transição fortalece Constituinte

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, afirmou ontem que "o que muitos apontam como uma razão para invalidar a Constituinte pode ser o ponto mais positivo da Constituição de 1987: o fato de que ela será fruto da transição e não da ruptura".

Pimenta da Veiga fez uma declaração ao comentar a posição do Ministro Oscar Corrêa, do Supremo Tribunal Federal (STF), contrária à convocação da Constituinte, por entender que ela somente deve ocorrer quando há uma ruptura da ordem jurídica.

O líder do PMDB disse discordar do Ministro, apesar de admirá-lo, observando que uma Constituição elaborada em "tempo de paz, sem vencedores e sem vencidos, poderá ter caráter mais permanente."

Também o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, discordou de Oscar Corrêa, afirmando que apesar de não ter havido a ruptura traumatizante de uma revolução ou guerra, a mudança a que se

impôs o País com o final de um período exige uma revisão ampla do quadro institucional e normativo.

Entende Chiarelli que com a passagem "de um regime de força para um regime democratizante, do bipartidarismo apriacionante para o pluripartidarismo aberto, da imprensa amordaçada para a livre manifestação de opinião, e de um sistema centralista de governo para a restauração federativa, não se pode ficar em emendas constitucionais isoladas ou em remendos".

O líder do PFL considerou importante a declaração de Oscar Corrêa, de que a Constituinte não garantirá ao povo "casa, comida e roupa lavada", destacando ser bom um alerta de alguém com a postura isenta do Ministro do Supremo "para evitar que alguns se possam enganar com essas fantasias e panacéias".

O Senador acrescentou que ninguém pode vender milagres ou ilusões e não é com esse tipo de enfoque que se está caminhando para a Constituinte. Quanto ao

risco apontado pelo Ministro de que seja eleito quem prometer mais, Chiarelli disse que não se pode impedir, em qualquer eleição, que alguns candidatos tentem obter apoio através do oferecimento de vantagens aparentes.

Já o Relator da Comissão Mista que examina a emenda convocando a Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), lembrou que bastaria um motivo para ele apoiar a Constituinte: o de que esta é uma das principais bandeiras do PMDB.

Bierrenbach disse, também, que com a eleição dos candidatos da Aliança Democrática à Presidência e Vice-Presidência da República houve uma ruptura de um regime autoritário para a restauração do estado de direito democrático.

Para o relator, o único meio eficaz de promoção da união entre o Estado e a Nação é uma nova Constituição, "que sendo o espelho da realidade nacional seja também um instrumento jurídico apto a limitar os poderes político e econômico".

Relator acha que Conselho constringe Congresso ao se antecipar à Comissão

BRASÍLIA — O relator da Comissão Mista que examina a emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), afirmou ontem que a posição contrária às candidaturas avulsas, adotada pelo Conselho Político do Governo, cria "um certo constrangimento ao Congresso".

Para Bierrenbach, o Conselho Político está fazendo o inverso do que propõe a Comissão Mista, pois parte do pressuposto de que a emenda do governo é a melhor, enquanto a Comissão quer "trabalhar com isenção".

O relator ressaltou, entretanto, que seu julgamento a respeito dos problemas a serem suscitados na Comissão será dado ao final dos trabalhos e que ele não tem nenhum preconceito ou idéia preconcebida, estando aberto a todas as manifestações, inclusive às do conselho político.

Já o Deputado João Gilberto (PMDB-RS), que estuda emenda prevendo as candidaturas avulsas, lamentou o entendimento do Conselho Político, considerou-o equivocado e disse que com isso diminuem as chances de ser aprovada a proposta.

A idéia de ser eleita uma parcela de constituintes através de candidaturas avulsas permitiria, segundo João Gilberto, que um clérigo ou juiz, por exemplo, não podendo filiar-se a partido político, participasse da elaboração da nova Constituição. Essa parcela seria eleita pelo sistema majoritário, já que não concorreria pelos partidos.

O relator da Comissão Mista que examinava a emenda de convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), informou ontem que receberá informalmente todas as sugestões dos parlamentares, caso estes não obtenham o mínimo de assinaturas — de 180 Deputados e 23 Senadores — exigido para a apresentação de emendas à proposta original.

Os Parlamentares vêm enfrentando dificuldades para conseguir as assinaturas devido ao esvaziamento do Congresso ou, em alguns casos, às teses que defendem. Bierrenbach admitiu que o provável pequeno número de emendas dificultará o seu trabalho e exigirá um processo de negociação que ele, relator, preferiria não ter sob sua responsabilidade.

— Gostaria de fazer um trabalho técnico e político — disse — mas agora estou vendo que terei de fazer um trabalho mais político.

Além do recebimento informal das sugestões, o relator pretende evitar a diminuição do "universo de análise" da Comissão Mista, decorrente do pequeno número de emendas, com a realização, da maneira mais abrangente possível, de painéis com juristas e representantes da sociedade civil.

O Deputado Leur Lomanto (PDS-BA) informou que já completou a coleta de assinaturas para formalizar emenda propondo plebiscito em novembro de 1986 sobre a restauração do regime parlamentarista.

Ministro elogia convocação agora

BRASÍLIA — O Presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), Ministro Lauro Leitão, disse ontem, a uma platéia composta de ministros, desembargadores, juizes e advogados na sede da OAB/DF, que é oportuna a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para modificar a ordem jurídica.

Lauro Leitão afirmou em sua conferência que os candidatos a Constituinte deverão se apresentar ao julgamento do povo defendendo suas idéias e sustentando seus pontos de vista nas praças públicas e nas casas legislativas. Explicou que somente assim a população se conscientizará da importância do voto para eleger seus representantes que votarão a nova Constituição.

Sob o tema "A Assembléia Nacional Constituinte e o Tribunal Federal de Recursos", dentro do 3º Ciclo de Conferências sobre a Constituinte, promovido pela OAB e que se estende até sexta-feira, Lauro Leitão manifestou a esperança de que os constituintes sejam sensíveis aos problemas do Judiciário, especialmente aos da Justiça Federal, cujo volume de serviços foi sobrecarregado a partir da Emenda constitucional de 7 de abril de 77.

Citando o Ministro Oscar Corrêa, cuja conferência antecedeu a sua e para quem a Constituinte não vai resolver os problemas do povo, ele disse que se coloca entre os que aprovam a convocação agora de uma Assembléia Nacional Constituinte e que não vê preocupações também quanto à criação de uma grande comissão para elaborar o novo texto constitucional.